

A IMPRENSA COMUNISTA E O TRABALHO NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO (1949-1957)

ALEX DE SOUZA IVO¹

A militância comunista na Bahia ganhou força na década de 1930. Com a perseguição imposta aos militantes vermelhos, instalada após os levantes de 1935, a Bahia tornou-se um porto seguro para os que queriam ficar longe das prisões políticas. Nessa conjuntura, vários jovens – muito deles estudantes – aderiram ao PCB (RISÉRIO, 2002). Essa geração teve grande relevância tanto na reorganização do partido, na década de 1940, como na sua condução nos anos seguintes. É possível citar nomes como João Falcão, Jorge Amado, Carlos Marighella e Fernando Sant’anna.

Ainda durante o Estado Novo, um grupo de militantes e intelectuais simpatizantes do PCB, sob o comando de João Falcão lançou a Revista Seiva. Periódico destinado à discussão de cultura e temas nacionais, a revista apresentou-se como a primeira experiência de publicação de revista dos comunistas brasileiros. Nunca é demais lembrar que sob a ditadura estadonovista, os editores e articulistas usavam suas páginas para combater o fascismo, incentivar a entrada do Brasil na II Guerra, bem como para propagandear, mesmo que de forma indireta, as ideias partidárias (FALCÃO, 2008).

O sucesso com a revista incentivou o surgimento de outras iniciativas. Os ares democráticos iniciados com o fim do Estado Novo garantiram condições para o surgimento de ações editoriais ligadas à agremiação. Nessa conjuntura surgiu o jornal *O Momento*.

Trata-se de um jornal destinado a divulgar as ideias partidárias. Por causa dessa característica, o periódico relatou muito do que ocorria nos mundos do trabalho da Bahia. A folha foi um importante instrumento de agitação e propaganda e serviu para estreitar os laços entre militantes “vermelhos” e a classe operária do estado. Constantemente eram publicados em suas páginas textos denunciando os “abusos” das chefias e o atraso nos pagamentos, e conclamando os trabalhadores à luta seja através de seus sindicatos ou do PCB. O tom de suas reportagens muitas vezes era exacerbado,

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

mas conseguia em certa medida apresentar algumas características dos locais de trabalho retratados. Além disso, os seus editores cediam espaço para críticas e denúncias dos próprios operários, que em muitas oportunidades escreviam contando o que se passava em suas empresas.

Focarei nesse texto, as notícias veiculadas pelo jornal comunista acerca dos trabalhadores do Petróleo, entre os anos de 1949 e 1957. A meta será analisar os aspectos das relações de trabalho na indústria em questão trazidos pelas notícias e denúncias fartamente veiculadas. Devido à ausência de entidades sindicais petroleiras no período compreendido pela pesquisa, o jornal *O Momento* constitui-se como uma das poucas possibilidades de compreensão do conjunto de anseios de trabalhadores e militantes durante o período pesquisado. Conto com sessenta e nove matérias, nas quais além de denúncias redigidas pelos articulistas dos jornais, existe espaço para cartas e queixas dos trabalhadores, bem como para notícias e incentivos à atuação coletiva dos trabalhadores.

OS COMUNISTAS E O TRABALHO DOS PETROLEIROS

É bastante usual a crítica a determinados chefes e engenheiros da indústria do petróleo. Pedro Moura, chefe da Região de Produção da Bahia, e o seu secretário Osmar de Barros foram nomes muito lembrados pelos comunistas. Moura tinha, segundo o noticiário, “a tarefa de perseguir os operários”, pois “elimina[va]-os do quadro de efetivos, faz[ia] transferências absurdas, demite[ia] e suspende[ia] sem mais nem menos, como se aquilo fosse a sua casa”². Essas críticas eram complementadas com denúncias de uso indevido dos equipamentos e veículos públicos. Segundo os articulistas do jornal, Barros se valia de veículos do CNP para fins particulares. Em reportagem publicada em 4 de abril de 1950, foi denunciado o uso do carro para “passeios de dia e de noite”, conduzindo “uma senhora funcionária do Departamento de Indústria e Comércio”³. Fica evidente a preocupação dos comunistas em caracterizar Pedro Moura como um mau exemplo, que transformava o patrimônio nacional em

² O Momento, 02/09/1949.

³ O Momento, 04/04/1950.

instrumento de satisfação dos interesses privados e ainda era o grande responsável pela perseguição aos operários.

Muitas das questões noticiadas pelos comunistas se aproximam do quadro revelado pela memória da maioria dos depoentes. As histórias de desmandos dos chefes e o seu poder despótico aparecem em praticamente todos os depoimentos dos petroleiros. Existe também uma clara divisão na fala destes trabalhadores aposentados entre os tempos em que os sindicatos não estavam atuando e os anos de sua atuação. No primeiro, o poder dos engenheiros era praticamente ilimitado e não existia a imagem que possuímos atualmente da Petrobrás. A ideia de uma empresa zelosa pelo seu trabalhador e atenta a direitos com os quais as empresas privadas não se preocupa está distante. Persiste na fala dos operários, a memória de um tempo de trabalho duro, no qual os direitos sociais não eram respeitados e os chefes abusavam de seu poder.

No segundo período, delimitado pelo início da atuação sindical e pela primeira greve dos trabalhadores petroleiros (realizada em novembro de 1960) aparece um tempo no qual as lutas sociais, encaminhadas pelo sindicato, solucionaram tais problemas e trouxeram aos petroleiros mais respeito e condições de trabalho dignas. Os bons salários e a condição de trabalho com mais segurança são considerados resultados da atuação sindical. É como se a Petrobrás atual, considerada em geral um exemplo na relação com seus trabalhadores efetivos, tivesse sido construída pela atuação dos sindicatos.

Um outro caso de denúncia interessante está relacionado às obras da construção da Refinaria de Mataripe. Os articulistas do jornal contaram que o operário Darwin Silva Reis montador e encanador, foi contratado pelo CNP no estado do Rio de Janeiro (juntamente com outros duzentos operários especializados) para vir trabalhar na montagem da usina. Ao chegar aqui, porém, Darwin recebeu um salário menor do que o combinado em sua terra natal. Diante do logro salarial e das duras condições de trabalho da obra, ele e muitos de seus conterrâneos recusaram-se a continuar no serviço, pedindo as contas para voltar ao Rio. Segundo o jornal, os trabalhadores foram preteridos porque não era interessante para o CNP contar em seus quadros com operários conscientizados que questionassem os desmandos dos chefes. O CNP teria passado a “dispensar os operários mais conscientes, colocando em seu lugar o rebotalho nazi-fascista, importado da Europa”. Ainda de acordo com os jornalistas, esses operários estrangeiros, muitos embora “mais incompetentes em montagem que os *laboré*” gozavam de privilégios e

altos salários, colocando os trabalhadores nacionais em condições inferiores aos estrangeiros⁴.

Esse texto consiste na primeira descrição dos *laborés*. Trata-se dos trabalhadores de menor qualificação e, conseqüentemente, recebiam os menores salários. A Refinaria de Mataripe e os campos de extração de petróleo produziram uma profunda hierarquização nos seus quadros de trabalhadores. Essas clivagens baseavam-se no nível de instrução, na qualificação e até mesmo na origem geográfica de cada operário (IVO, 2009).

O nome laboré está relacionado ao convívio entre brasileiros e estrangeiros e trata-se, provavelmente, de uma corruptela do termo *laborer*, usado na língua inglesa para designar o trabalhador braçal. De acordo com depoimento concedido por Mário Lima, dirigente sindical no período, os técnicos e engenheiros americanos – presentes em quantidade considerável nos primeiros anos da indústria do petróleo na Bahia – chamavam os “peões” de *laborer*⁵. A utilização mais corriqueira e a própria difusão do termo, contudo, ficaram a cargo dos próprios operários e não causa estranheza a ressignificação do termo, transformando-o em motivo de orgulho, num movimento semelhante à definição de “peão” na petroquímica baiana (AGIER; CASTRO; GUIMARÃES, 1995). A construção de apelidos como esses para designar trabalhadores de pouca qualificação não era novidade nas empresas estatais. José Ricardo Ramalho, ao analisar a Fábrica Nacional de Motores, identificou a cunhagem do termo *arigó* para designar os trabalhadores que empregaram-se na construção da fábrica e permaneceram em suas fileiras após o cessar dos trabalhos ocupando cargos de menor destaque e de baixa remuneração (RAMALHO, 1989).

Em Mataripe, era no setor de obras que encontravam-se os trabalhadores de menor escolaridade. Uma análise baseada nos dados disponíveis nas fichas de filiação ao Sindipetro – Refino demonstra a condição educacional dos operários do referido setor.

⁴ O Momento, 24/10/1950.

⁵ Depoimento do operador chefe e dirigente sindical Mário Soares Lima, lotado na Refinaria de Mataripe e contratado pela empresa em 1958. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 18 de abril de 2007.

Quando observamos o nível de instrução desses homens que serviam nas obras de Mataripe, podemos ter uma ideia mais precisa das causas do preconceito e da preocupação para com eles:

TABELA 1:

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES DA DIVISÃO DE OBRAS

<i>Escolaridade</i>	<i>Quantidade (%)</i>
Analfabeto	7 (3,4)
Alfabetizado	10 (4,9)
Primário	186 (91,7)
Total	203 (100)

Fonte: Fichas de filiação sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Refinação e Destilação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro – Refino).

Não há dentre os trabalhadores do setor de obras nenhum que tenha cursado sequer o antigo ensino ginásial, fato que contrasta com os dados referentes à refinaria como um todo, que contava com quinhentos e dezenove trabalhadores que cursaram no mínimo o antigo ensino ginásial, o que representava 29,3% dos trabalhadores (IVO, 2008).

Voltando às notícias do jornal *O Momento* nas quais aparecem os laborés, cabe observar uma delas:

De todos os empregados nos campos, ninguém é mais miserável e mais explorado do que os trabalhadores braçais, apelidados de *laboré*. Os piores serviços são entregues a eles. Seu salário não passa de Cr\$ 1,70 por hora. São os párias de Mataripe. Moram em choças e trabalham na sua maior parte na “Coréia do Sul”, região de Mataripe que abastece a Refinaria de água, mas onde as condições de insalubridade são terríveis.⁶

De acordo com a descrição, os *laborés* ocupavam a base da pirâmide hierárquica da indústria do petróleo. Recorrentemente apareceram como aqueles que tinham os seus direitos menos respeitados, além de serem tachados de incompetentes e ignorantes até mesmo por aqueles que diziam defendê-los. O jornal comunista, ao criticar na mesma matéria o despreparo dos chefes brasileiros e dos técnicos americanos, valeu-se dos mesmos adjetivos comumente lançados contra eles. Os técnicos criticados eram para o jornal “tão ignorantes em montagem quanto os ‘laborés’”. Esses homens pouco qualificados apesar de terem sido tão depreciados e de terem sua dignidade e capacidade de trabalho negada por várias pessoas da época, formaram a maior parte da força de

⁶ O Momento, 24/10/1950, pp. 02 e 05.

trabalho da indústria que existia para garantir a “redenção econômica do país”, e suas principais demandas foram peças-chave no projeto de ascensão e de disputas políticas dos sindicatos dos trabalhadores do petróleo.

AS FASES DO PCB, DE *O MOMENTO* E AS VARIÁVEIS DO SEU DISCURSO

O teor das reportagens de *O Momento* segue os caminhos da própria linha política do PCB. Se no momento inicial de sua circulação, a folha comunista adotava um discurso mais conciliador, exaltando a importância dos trabalhos com o petróleo para o país, após 1950 as suas linhas ganharam um certo ar de radicalidade.

Segundo Sônia Serra o jornal assumiu em seus últimos anos uma “linha radical e com uma perspectiva revolucionária”. Os aparelhos de imprensa e propaganda comunista seguiam as diretrizes partidárias consubstanciadas no manifesto de agosto de 1950. Conforme sabemos, desde a sua proscricção, em 1947, os comunistas reavaliaram tanto suas interpretações da realidade brasileira quanto a sua própria tática de ação. A partir daí, a principal missão de seus órgãos de imprensa era construir uma estratégia de combate aos governos considerados de “traição nacional”, denunciando e conclamando a população a lutar contra a presença norte-americana e contra aqueles brasileiros que entregassem as riquezas nacionais ao inimigo estrangeiro. Em geral, as matérias apelavam para as denúncias e ataques pessoais (SERRA, 1987).

Por esses e outros motivos, é evidente que é possível considerar o teor dessas denúncias verdadeiro pelo simples fato de se encontrarem no jornal, pois todo órgão de imprensa para além da função de informar os leitores tem sempre como meta a difusão de seu projeto social e político. Tanto a imprensa operária quanto a partidária têm como característica marcante a tendência de exacerbar os problemas e as más condições do segmento de classe que busca representar. Seu objetivo principal é a denúncia e a arregimentação de mais adeptos para as suas fileiras. Não por acaso, carregam tanto nas tintas do sofrimento e exploração operária. Mas nem por isso deixam de ser úteis para a pesquisa do historiador. Sua riqueza como documento encontra-se no fato de terem conseguido abordar parte das angústias diárias da classe trabalhadora, além de terem se apresentado como aglutinadores das classes populares para uma série de embates políticos e lutas sociais. Exatamente por conta disso foi possível identificar outros dois

temas como pistas importantes para a compreensão do mundo do trabalho dos petroleiros baianos: a insatisfação com a qualidade da comida servida e o excesso de horas trabalhadas sem que qualquer “direito” fosse pago.

No que tange à alimentação, cabe dizer que ela era uma das principais questões apresentadas pelos operários para demonstrar a situação indigna a que estavam submetidos nos primeiros anos do trabalho com o petróleo. A comida era definitivamente um demarcador de espaços sociais dentro dessa indústria. Na Refinaria, existiam refeitórios diferenciados, e diversas eram as queixas de que a qualidade da comida também não era a mesma. Nos campos de produção, a situação era bastante parecida e a condição dos alimentos servidos, de acordo com os editores do jornal comunista, era a seguinte:

A alimentação servida nos campos é a pior possível e por isso os trabalhadores chamam-na de “gororoba”. O café da manhã é acompanhado de pão sem manteiga. No almoço arroz, farinha e carne, tudo mal cozido e sem o mínimo sabor. No jantar é a mesma coisa pra variar.⁷

Os problemas não paravam por aí, pois o que mais parecia incomodar era exatamente o contraste entre a comida dos operários e a da chefia. Nos campos de extração os engenheiros e técnicos recebiam marmitas ou “quentinhas”. Além disso, recebiam salários mais altos, e podiam comer em algum restaurante por conta própria. Já a comida dos operários vinha “num panelão”, que era “arrastado por um carro e no caminho se enchia de poeira”⁸. Quando o panelão chegava junto ao operário, este tirava uma armação contida na parte interna do seu capacete, chamada de “aranha”, limpava-o com uma pequena flanela (quando tinha alguma junto a ele) e o transformava em prato. Fazia a sua refeição sentado ao chão ou encostado em alguma máquina. Para José Carlos Vivas, o trabalho era tão cansativo e dava uma fome tão grande que quando a comida chegava não dava nem para pensar na falta de qualidade, a única coisa que se fazia era comer. Wilton Valença, por sua vez, nos conta que “não aceitava aquilo”, e embora não fosse obrigado a comer no capacete, por ser trabalhador especializado, recusava-se, em sinal de protesto, a compactuar com aquela segregação. Não comia a

⁷ O Momento, 10/10/1954.

⁸ Depoimento de José Carlos de Souza Vivas, já citado. Depoimento do sondador e dirigente sindical Wilton Valença da Silva, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1956. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 18 de novembro de 2006.
novembro de 2006.

comida da empresa e gastava boa parte de seu ordenado alimentando-se em algum outro lugar.

Essa situação levou os comunistas a usar também de ironia e se valer do pitoresco para relatar os problemas dos petroleiros. Eles contam, na edição de 19 de agosto de 1951 de *O Momento*, a visita de um suposto parente do Presidente Getúlio Vargas, Pedro Vargas que estava em companhia de sua esposa e era apresentado pelo engenheiro Gilberto Franco às oficinas da Jequitaia⁹. Esse tipo de visita era muito comum e tinha por objetivo mostrar a pessoas “ilustres” o tipo de trabalho realizado pela indústria do petróleo e os avanços que ela proporcionava ao país. Os visitantes, após conhecerem vários setores da oficina, entraram no refeitório justamente na hora do almoço. A esposa de Pedro Vargas notou que os trabalhadores “se alimentavam de carne seca com farinha e estranhou a coisa”, perguntando ao engenheiro qual era o motivo de tal dieta. Gilberto Franco, “uma verdadeira bola” segundo o articulista do jornal, não se fez de rogado, sorriu para a “admirável dama” e disse que a comida não era ruim, pois ele, por exemplo, “gostava de carne seca, farinha e pão de açúcar”. Não só os visitantes se assustaram com a resposta do engenheiro. Os operários que almoçavam, interromperam sua refeição olharam para ele e, segundo o articulista, “não souberam o que pensar”¹⁰.

Sem entrar na celeuma se a história é real ou não, o que nos interessa é o fato de que ela poderia perfeitamente ganhar foros de credibilidade porque este era um tema recorrentemente vocalizado nas queixas dos trabalhadores, que identificavam a comida servida como um dos maiores pontos de distinção entre eles e os chefes.

Como afirmamos, ocupavam destaque também as queixas relacionadas ao não pagamento de salários, gratificações, horas-extras e abonos que eram garantidos por lei aos trabalhadores. Os comunistas viam os responsáveis pela indústria do petróleo como agentes dos interesses dos “trustes”, que tratavam os brasileiros de forma indigna para entregar as reservas naturais do país aos americanos. Eram eles que induziam os “maus

⁹ A reportagem aponta que o visitante era irmão do presidente, mas o mesmo não tinha nenhum irmão com o nome de Pedro. Isso nos leva a crer que pode ter ocorrido um erro do redator ao informar o nome do visitante, ou então que seu grau de parentesco com o presidente era outro. Mesmo na hipótese de que tal visita não existiu e que, portanto, a matéria tenha sido “plantada” pelos repórteres do jornal, nos interessa a verossimilhança que tal história tem dentro daquele contexto, pois, no mínimo, a situação dava margem para a sua publicação nas páginas de *O Momento*.

¹⁰ *O Momento*, 19/08/1951.

brasileiros” a submeter os operários a uma jornada extenuante de trabalho sem uma recompensa digna. Por muitas vezes, os redatores do jornal recorreram ao discurso radical, tentando demonstrar através de ofensas e palavras de ordem mais incisivas a exploração a que estavam submetidos os trabalhadores. No entanto, nos anos do pós 1954, exatamente quando os comunistas afinaram o seu discurso e, conseqüentemente, a linha editorial de *O Momento* estava mais branda em relação às denúncias de maus-tratos aos trabalhadores, foi que eles apresentaram um relevante exemplo das duras condições de trabalho dos petroleiros. A notícia se deu na ocasião de um incêndio num poço no campo de Água Grande (proximidades da cidade de Catu), ocorrido em julho de 1955.

Os comunistas relataram os esforços para debelar as chamas. Consideraram o evento como um “teste” para os técnicos nacionais, que enfrentavam pela primeira vez um problema de tal magnitude no país. Louvaram os esforços de todos, desde o engenheiro Ivan Barreto de Carvalho, chefe de serviços da Região de Produção da Bahia, que acompanhou e comandou os trabalhos contra o fogo, até os mais simples operários, que enfrentaram com “energia e habilidade” o desafio, arriscando a própria vida “para preservar o patrimônio nacional”¹¹. Três dias depois, comemoraram o fim do fogo, que vitimara um engenheiro chamado Aroldo Bastos. Parabenizaram as “dezenas de operários e engenheiros brasileiros”, que “permaneceram em vigília constante, no duro e difícil combate às chamas”. Nessa matéria, ouviram e publicaram a fala de Jonas, “um velho operário do petróleo”, que afirmou estar “tão habituado com perder noites” que nem parecia haver quatro dias que não dormia. Completou dizendo que era “necessário ser duro para trabalhar em perfuração”, pois precisavam “vencer muitas vezes o sono, a fome e o cansaço”¹².

Mesmo sem a intenção da denúncia, o texto demonstrou o excesso de horas de trabalho, sempre legitimada pela necessidade de dar o máximo pelo país. Afinal os trabalhadores precisavam aceitar a longa jornada em favor de uma empresa que trabalhava para transformar o Brasil num país grande e independente do ponto de vista econômico. Álvaro Bulcão, operário da produção, admitido ainda sob os auspícios do

¹¹ O Momento, 09/07/1955, p. 01.

¹² O Momento, 12/07/1955, p. 01.

CNP, quando perguntado como era sobre a jornada de trabalho e qual tipo de proteção a empresa fornecia, responde:

“Aquele tempo não tinha proteção quase nenhuma, não tinha proteção quase nenhuma. A gente ia e chegava, trocava a roupa, vinha a bota, o capacete e vamo trabalhar.

Naquele tempo foi tudo daquele jeito, de carregar tubo nas costa, carregamo tubo nas costa pra fazer linha de água, pra fazer linha de óleo, de gás, de tudo. E outra coisa, o transporte era caminhão, a gente subia no caminhão pra ir trabalhar. [...]

Não folgava... Não folgava! Quando eu entrei logo trabalhava sábado, domingo, feriado, semana santa, sexta-feira santa, São João não tinha folga.

Entrevistador: Recebia extra?

Álvaro Bulcão: Não recebia extra, depois no tempo de Mangabeira que foi o presidente da Petrobrás foi que veio a lei, ele aí, pagou tudo isso, as folga tudo e tal...”¹³

Por fim, os comunistas desempenharam um papel relevante ao divulgar os esforços empreendidos pelos operários do petróleo para criar seu sindicato. Acompanharam e noticiaram com grande entusiasmo as principais movimentações para esse fim. *O Momento* foi o único órgão de imprensa da Bahia que noticiou as assembleias de outubro de 1954 que trataram da situação dos operários em relação aos estatutos jurídicos diferentes a que estavam submetidos os trabalhadores ainda pertencentes ao CNP e aqueles que já haviam sido incorporados pela Petrobrás, questão resolvida com a incorporação de todo o pessoal pela empresa recém-criada¹⁴. Relataram ainda os esforços para atingir o percentual mínimo de associados, exigido pelo Ministério do Trabalho para a autorização do funcionamento do sindicato. Por fim, os comunistas reclamaram insistentemente contra a demora do próprio ministério em conceder aos petroleiros a tão sonhada carta sindical.

Porém, ao mesmo tempo em que as atividades sindicais dos operários do petróleo se legalizavam, *O Momento* passava por uma profunda crise. A dura repressão que ocasionou dois empastelamentos da folha, e a falta de dinheiro para continuar editando o jornal contribuíram para que em novembro de 1957 ele deixasse de circular. Este foi o mês no qual os petroleiros obtiveram autorização oficial para instalar seu sindicato. Os comunistas tiveram tempo ainda de relatar a viagem que levou Osvaldo

¹³ Depoimento do torrlista Álvaro Bulcão, lotado na Região de Produção da Bahia e contratado pela empresa em 1949. Entrevistador: Alex de Souza Ivo. Entrevista realizada em: 02 de março de 2007.

¹⁴ *O Momento*, 15/10/1954, p. 02.

Marques de Oliveira, Manoel Alves Bonfim e João Humbelino de Souza para o Rio de Janeiro, então capital da República¹⁵. Os sindicalistas, depois de três anos de esforço, voltaram com a carta sindical embaixo do braço. *O Momento* deixava de circular, mas os petroleiros tinham, enfim, o seu sindicato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

FALCÃO, João da Costa. *A história da Revista Seiva*: primeira revista do Partido Comunista do Brasil. Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2008.

IVO, Alex. “O trabalho na indústria do petróleo: hierarquias sociais, moradia e nacionalismo”. In: *Revista Mundos do Trabalho*. Vol 1, nº 1, jan-jul 2009.

_____. *Uma história em verde, amarelo e negro*: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RISÉRIO, Antonio. *Adorável Comunista*: história política, charme e confidências de Fernando Sant'anna. Rio de Janeiro: Versal Editora, 2002.

SANTOS, Raimundo. “Crise e pensamento moderno na PCB dos anos 50”. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil* – vol. 1 – O Impacto das Revoluções. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª Ed., 2007.

SERRA, Sônia. *O Momento*: história de um jornal militante. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1987.

¹⁵ O Momento, 01/11/1957, p. 02.